

PIRATAS ENERENTAM A MARINHA

BRASIL, ÍNDIA, RÚSSIA E CHINA COMPETEM COM AS ECONOMIAS MADURAS E CONFIRMAM QUE ESTÃO A CAMINHO DE SE CONVERTER NOS PRÓXIMOS LÍDERES MUNDIAIS, AJUDADOS PELOS GRANDES MERCADOS E POR EMPRESAS FLORESCENTES, COMO MOSTRA ESTA REPORTAGEM



Surge uma nova ordem mundial, uma economia global multipolar impulsionada pelos maiores mercados emergentes do mundo. Desde que, em 2001, Goldman Sachs prognosticou que Brasil, Rússia, Índia e China –que batizou de “BRIC”, por suas iniciais– tinham o potencial para transformar-se em polos econômicos dominantes por volta de 2050, o explosivo crescimento dessas nações superou a estimativa mais otimista. Neste momento, os BRICs questionam o modelo hegemônico desenhado e executado pelo grupo de países mais poderosos do planeta: G7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido).

DIFERENTES, PORÉM MAIS PRÓXIMOS

Muitos analistas e especialistas argumentam que a aliança BRIC é frágil e que esses países nunca poderão formar uma entidade homogênea como a União Europeia, em razão de suas diferenças políticas e culturais. Dos quatro, só a Índia e o Brasil são democracias bem constituídas; a primeira, parlamentarista e a segunda, presidencialista. A China tem uma administração comunista “mista” –capitalismo dirigido pelo Estado sem democracia– e a Rússia oscila entre a democracia e o autoritarismo de um Estado que ainda não se libertou por completo de seu passado feudal. A Rússia e o Brasil se beneficiam com o aumento do preço das commodities, enquanto a China e a Índia são grandes importadores de matérias-primas. Ao mesmo tempo, a política monetária de Pequim de manter baixo o valor do yuan incomoda o Brasil.

Mas o fato é que os quatro têm se relacionado melhor. Em 2009, o volume de negócios bilateral entre China e Brasil, por exemplo, segundo a Administração Geral de Alfândegas da China, foi de US\$ 42,4 bilhões, com o que a China substituiu os EUA como principal aliado comercial do Brasil. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva quer prolongar sua relação com o gigante asiático para lhe vender mais produtos manufaturados do que matérias-primas, além de fortalecer seus projetos de cooperação econômica nos setores aeroespacial e automobilístico. E o que a China deseja é

assegurar o acesso a mantimentos para seus 1,3 bilhão de habitantes e o abastecimento de recursos naturais, como minério de ferro, estanho e cobre, fundamentais para seu desenvolvimento econômico.

Em paralelo, Rússia e Índia aprofundam acordos militares e energéticos. O governo indiano quer construir uma dúzia de centrais nucleares com a colaboração russa e modernizar sua força de defesa. Um e outro se consideram aliados estratégicos “com iguais interesses geopolíticos”, de acordo com declarações do primeiro-ministro russo, Vladimir Putin.

Além das diferenças e proximidades, o certo é que, à medida que o crescimento dessas nações se consolidar, inevitavelmente se refletirá em poder no campo político. Para começar, os BRICs concentram mais de 45% da população do planeta, com 2,8 bilhões de pessoas, geram 20% do Produto Interno Bruto mundial, com uma contribuição de US\$ 8,62 trilhões (ou US\$ 16 trilhões, considerado a paridade do poder de compra), e detêm 52% da terra cultivável do planeta. Na última década, foram responsáveis por um terço do crescimento econômico mundial e hoje armazenam 41% das reservas internacionais de divisas, o maior acúmulo existente.

Transformaram-se também em destino atraente para os investidores. Em 2009, segundo a empresa de informação financeira EPFR Global, os fundos de ações BRIC absorveram quase US\$ 20 bilhões dos US\$ 80,5 bilhões investidos em mercados emergentes, o dobro de 2007. E, este ano, a tendência continua positiva: o FMI estima que a Rússia crescerá 3,6% (5,5% segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico); a China, 10%; a Índia, 7,7%; e o Brasil, entre 5% e 6%, enquanto economias desenvolvidas crescerão, em média, apenas 0,6%. Espera-se que, em 2014, os BRICs sejam responsáveis por 60% do crescimento do planeta e, de acordo com recentes análises do Goldman Sachs, em 2032 serão as maiores economias do mundo.

Ricos em recursos naturais, grandes produtores de matérias-primas, com indústrias florescentes, mão de obra qualificada disponível, mercados de consumo no auge e governos ávidos por investimentos, os BRICs exercem uma atração irresistível. Sua insistência nas políticas de crescimento e de redução da pobreza favoreceu a criação de programas que oferecem privilégios às em-

CRÍTICOS ARGUMENTAM QUE A ALIANÇA BRIC É FRÁGIL E QUE NUNCA PODERÁ VIRAR UMA ENTIDADE HOMOGÊNEA COMO A UNIÃO EUROPEIA. MAS O FATO É QUE OS QUATRO PAÍSES VÊM SE RELACIONANDO CADA VEZ MAIS

A reportagem é de **Florencia Lafuente**, colaboradora de HSM MANAGEMENT.

DOSSIÊ BRICO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Capital: Brasília
Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva
Número de habitantes: 193,7 milhões
População abaixo da linha de pobreza: 26%
Tamanho da força de trabalho: 95,21 milhões de pessoas
Desemprego: 7,4%
PIB: US\$ 1,49 trilhão (PPC: US\$ 2,02 trilhões)
Renda per capita: US\$ 10.200
Dívida externa: 46,8% do PIB
Composição do PIB por setor: agricultura, 6,5%; indústria, 25,8%; serviços, 67,7%
Principais exportações: produtos manufaturados, minério de ferro, café, frutas, soja e outros produtos agrícolas



FEDERAÇÃO RUSSA

Capital: Moscou
Presidente: Dmitri Medvedev
Primeiro-ministro: Vladimir Putin
Número de habitantes: 140,9 milhões
População abaixo da linha de pobreza: 15,8%
Tamanho da força de trabalho: 75,81 milhões de pessoas
Desemprego: 8,9%
PIB: US\$ 1,23 trilhão (PPC: US\$ 2,11 trilhões)
Renda per capita: US\$ 15.200
Dívida externa: 6,9% do PIB
Composição do PIB por setor: agricultura, 5,2%; indústria, 37%; serviços, 57,9%
Principais exportações: petróleo e derivados, gás natural, madeira e derivados, metais, químicos, armas e equipamento militar



REPÚBLICA DA ÍNDIA

Capital: Nova Délhi
Presidente: Pratibha Patil
Primeiro-ministro: Manmohan Singh
Número de habitantes: 1,2 bilhão
População abaixo da linha de pobreza: 25%
Tamanho da força de trabalho: 467 milhões de pessoas
Desemprego: 9,5%
PIB: US\$ 1,09 trilhão (PPC: US\$ 3,54 trilhões)
Renda per capita: US\$ 3.100
Dívida externa: 60,1% do PIB
Composição do PIB por setor: agricultura, 17,5%; indústria, 20%; serviços, 62,5%
Principais exportações: produtos agrícolas, têxteis, joias, software e serviços de tecnologia da informação, químicos, couro



REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Capital: Pequim
Presidente: Hu Jintao
Primeiro-ministro: Hu Wen Jiabao
Número de habitantes: 1,34 bilhão
População abaixo da linha de pobreza: 2,8%
Tamanho da força de trabalho: 812,7 milhões de pessoas
Desemprego: 4,3%
PIB: US\$ 4,81 trilhões (PPC: US\$ 8,78 trilhões)
Renda per capita: US\$ 6.500
Dívida externa: 18,2% do PIB
Composição do PIB por setor: agricultura, 10,9%; indústria, 48,6%; serviços, 40,5%
Principais exportações: produtos manufaturados, têxteis, equipamentos eletrônicos, armas



Fonte: CIA World Factbook 2009

Obs.: o Produto Interno Bruto (PIB) que leva em conta a paridade do poder de compra (PPC) tende a fornecer um retrato mais realista de uma economia, porque considera o custo de vida e as taxas de inflação dos países.

presas dispostas a se instalar neles. Graças a uma classe média em rápida expansão e maiores níveis de penetração do crédito, seus mercados domésticos prosperam ininterruptamente. De acordo com um relatório da Accenture, a atual renda per capita da China duplicará nos próximos anos, um ritmo cinco vezes maior que o alcançado pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos durante a Revolução Industrial. Até o final de 2010, acrescenta o relatório, a China e a Índia terão, juntas, 125 milhões de lares de classe média, mais que o número total de lares nos Estados Uni-

dos. E, para 2030, segundo estimativas do Goldman Sachs, os BRICs terão acrescentado 2 bilhões de pessoas à classe média mundial.

Para muitos analistas, desses quatro países o favorito é o Brasil, um dos maiores exportadores de produtos como frutas, carne de aves, café e soja. Sua riqueza e diversidade industrial, sustentadas por cuidadosa disciplina fiscal, atraíram US\$ 21 bilhões em investimentos estrangeiros diretos em 2009. Só a China recebeu mais. E, à medida que crescer a demanda pela produção dos BRIC, esses países necessitarão

ainda mais de investimentos para melhorar sua infraestrutura energética, de telecomunicações e de transporte.

DESAFIOS COMUNS

Os BRICs enfrentam numerosos desafios: reduzir a desigualdade social (em saúde, educação e receitas), melhorar o cuidado com o meio ambiente, desarticular a corrupção e fortalecer suas políticas fiscais e de luta contra a inflação.

Os atuais governos dos quatro países assumiram seus mandatos em meio a promessas que pretendem resolver esses problemas. No Brasil, o reconhecido programa Bolsa Família, mecanismo de assistência aos menos favorecidos, permitiu ao presidente Lula, dando continuidade ao que havia sido feito no governo anterior, demonstrar que é possível combinar crescimento da renda, uma política econômica responsável e redistribuição de riqueza. O Bolsa Família teria tirado da pobreza mais de 11,4 milhões de famílias. Nos últimos seis anos, a porcentagem de habitantes considerados de classe média se elevou de 42,4% para 53%, de acordo com estudos da Fundação Getúlio Vargas.

Na China, país com altos índices de desigualdade, as mudanças que se iniciaram na década de 1980 e culminaram em 2007 com a aprovação da lei mais debatida de sua história –o reconhecimento da propriedade privada e sua equiparação com a pública e a coletiva– estão transformando a população predominantemente rural em predominantemente urbana. Embora a propriedade da terra ainda seja coletiva,

o governo permite aos camponeses tomar créditos que se pagam com a produção. Também lançou um conjunto de novas leis para diminuir a distância entre os mais ricos e os que têm menos. Não obstante, o ritmo da mudança econômica não foi igualado pela transformação política, que muitos acreditam imprescindível para a liderança do país. O Partido Comunista Chinês (PCC), o maior do mundo, com 73 milhões de afiliados, segue ditando as regras do capitalismo “no estilo chinês”.

Embora o presidente Hu Jintao tenha aberto as portas do partido ao voto do setor pri-



vado –principal motor do crescimento do país–, mantém-se fiel ao dogma comunista. Discípulo de Deng Xiaoping –que comandou os desígnios da nação de 1979 até sua morte, em 1997–, Hu Jintao se propôs, com seu primeiro-ministro, Hu Wen Jiabao, implementar a “economia socialista de mercado” promovida por seu antecessor.

Na Índia, o país dos maiores contrastes, 25% da população é pobre. O sistema de castas ainda exerce muita influência na sociedade e decide sobre o acesso à educação. Entretanto, isso não foi obstáculo para que a Índia criasse uma das forças técnicas de trabalho mais bem preparadas do planeta. Cada ano suas universidades formam perto de 400 mil engenheiros. Sob a administração do primeiro-ministro Manmohan Singh e da primeira presidente mulher do país, Pratibha Patil, a população ativa da Índia continua crescendo para atender à demanda interna e das empresas que usam o mercado local como base de produção. Segundo dados da Associação das Câmaras de Indústria e Comércio do país (Assocham), até 2015 a economia indiana terá criado 87,37 milhões de postos de trabalho. O crescimento mais significativo virá do setor manufatureiro, que somará 27,88 milhões de empregos. Em seguida virão o comércio, com 24,24 milhões, e a construção, com 15,13 milhões. Tanto a força de trabalho da China (812,7 milhões) como a da Índia (467 milhões) são hoje muito maiores, consideradas individualmente, que a europeia, a norte-americana e a japonesa somadas.

O governo russo, por sua vez, tenta diminuir a dependência do país dos setores petrolífero e do gás pela diversificação da economia. Para 2015, por exemplo, promete

A RÚSSIA É O MAIOR EXPORTADOR DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DO MUNDO E O TERCEIRO EM AÇO E ALUMÍNIO, MAS TEM O DESAFIO DE DIVERSIFICAR COM URGÊNCIA SUA ECONOMIA

investir US\$ 20 bilhões com o objetivo de criar seu “Vale do Silício”. O distrito de Skolkovo, rico subúrbio de Moscou, será o berço de um parque de informática ultramoderno, que trabalhará com o objetivo de posicionar o país como exportador de alta tecnologia.

Não há dúvida de que a lista de acordos, projetos, aspirações e desafios pode ser interminável. Mas, para compreender a magnitude do que está acontecendo nos BRICs e como sua evolução determinará o equilíbrio de poder no mundo, vale dar uma espiada em sua problemática individual.

A PROMESSA BRASILEIRA

O Brasil é o país mais forte da América Latina, e é assim percebido internacionalmente. O presidente Lula foi eleito este ano pela revista *Time* como o líder mais influente do mundo. Ainda temos a nosso favor grandes extensões de terras férteis, ricos recursos naturais –incluindo minérios e petróleo– e uma economia diversificada, que vai da agricultura à mineração e de serviços à indústria aeroespacial. Nossas matérias-primas agrícolas e recursos naturais como o minério de ferro são muito bem pagos pelas nações manufatureiras, como a China. Graças a uma exploração petrolífera offshore, o Brasil também pôs fim à dependência estrangeira em relação ao petróleo.

O governo Lula, que assumiu seu primeiro mandato em 2003, reforçou significativamente a estabilidade macroeconômica que vinha sendo construída no governo anterior: aumentou as reservas de divisas, reduziu a dívida externa (é menor que nossas reservas hoje), controlou a inflação e assumiu uma estrita política fiscal. Além disso, foi o primeiro mercado emergente a recuperar-se da crise de 2008.

Entretanto, de nossos quase 200 milhões de habitantes, muitos ainda vivem abaixo da linha de pobreza. Um terço da população das duas cidades mais importantes, Rio de Janeiro e São Paulo, mora em favelas. O próprio Lula vem de uma região muito pobre do Nordeste brasileiro, no sertão de Pernambuco (e, como é sabido, aos 14 anos teve de deixar a escola para trabalhar como operário metalúrgico). Quando assumiu seu segundo mandato, em 2007, prometeu aprofundar as medidas para melhorar os indicadores sociais, mas ainda tem uma enorme conta pendente com a reforma agrária. Mais de 70% das terras cultiváveis do País continuam em mãos de latifundiários e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que luta por uma reforma, já agrupa 1,5 milhão de camponeses.

RÚSSIA, NAS PORTAS DA REVOLUÇÃO

A Rússia é o maior país do mundo (abrange nove fusos horários) e líder em exportação de matérias-primas e hidrocarbonetos. Tem o terceiro acúmulo mundial de divisas, ampla reserva de recursos minerais, petróleo e gás e mer-



O CRESCIMENTO ESPERADO (em %)

	2011-2020	2021-2030	2031-2040	2041-2050
Brasil	4,6	4,4	4,4	3,9
Rússia	4,4	3,1	2,4	1,5
Índia	6,5	6,4	6,6	5,8
China	7,9	5,7	4,4	3,6

Fonte: Goldman Sachs Global Economics, Commodities & Strategy Research.

cado sedento de novos produtos. Em 2009, transformou-se no maior exportador de petróleo e gás natural do mundo e no terceiro exportador de aço e alumínio. Na última década, segundo um relatório da McKinsey, o setor varejista aumentou seis vezes seu faturamento, criou 5 milhões de postos de trabalho e duplicou sua produtividade. Logo depois da última crise, o país recuperou a estabilidade com rapidez e controlou com eficácia a inflação. A PriceWaterhouseCoopers prediz que a Rússia será a maior economia do Velho Continente em 2020.

Atualmente, as matérias-primas representam mais de 60% de sua produção e 65% de seus lucros por exportações provêm do petróleo e do gás. É por isso que um dos maiores desafios do país reside em diversificar sua economia. O relatório da McKinsey salienta que isso deve estar sustentado na luta contra a corrupção, no fortalecimento das instituições, na melhoria da infraestrutura, no aumento da produtividade e na descentralização do poder, fruto das rápidas privatizações do começo dos anos 1980, impulsionadas pelo governo do presidente Boris Yeltsin, que vendeu os ativos do Estado a um pequeno, mas poderoso grupo de magnatas, conhecidos como “oligarcas”. Ainda hoje, as grandes corporações continuam em mãos de uma minoria.

“MATRIZ SWOT” DO BRASIL

Em 2014, o País sediará a Copa do Mundo de Futebol; em 2016, receberá os Jogos Olímpicos. Márcio Garcia, professor de economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), diz que não consegue se recordar de um estado de espírito tão positivo no Brasil corporativo desde os anos 1980, quando a hiperinflação foi amansada pelo Plano Cruzado (que congelou salários e preços, entre outras medidas).

O otimismo e a admiração mundiais em relação ao País, alardeados por publicações do peso de *Financial Times* e *The Economist*, recuaram um pouco do início para o meio deste ano, mas, ainda assim, continuam significativos. É fato que o Brasil vem se recuperando mais rápido da crise financeira mundial –foi o primeiro país na América Latina a mostrar recuperação, no segundo bimestre de 2009, com um estímulo fiscal discreto, equivalente a apenas 1,5% do PIB, bem inferior ao de outras economias e menos comprometedor para a solvência pública no longo prazo.

Foi uma resposta expressiva em si, como um sprint em uma corrida, mesmo que não se mantenha tão firme no longo prazo. Outro fato é que esse estado de espírito reflete, em grande parte, uma mudança no sentimento mundial em relação ao País, antes pouco digno do respeito internacional.

Mas o que outros países podem aprender com a recuperação brasileira? É mera sorte? Felipe Monteiro, professor de administração na Wharton School, nota que alguns observadores atribuem o desempenho brasileiro à boa sorte do atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, mas ele acredita em um conjunto de iniciativas, entre as quais a capacidade de dar continuidade a políticas bem-sucedidas do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, seu opositor na política partidária.

FORÇAS E OPORTUNIDADES

- Boas doutrinas para a estrutura político-econômica brasileira foram estabelecidas pelo governo FHC, na década de 1990, incluindo metas inflacionárias, taxa de câmbio flutuante e excedentes fiscais primários (isto é, o excedente antes de ser feito o pagamento de juros das dívidas de serviço).

- Em vez de rejeitar o que fez o governo anterior, de outro partido (o que era habitual na política brasileira), Lula consolidou e aprofundou o modelo de várias maneiras: deu mais autonomia operacional ao Banco Central, aumentou a meta para o excedente fiscal primário, “desdolarizou” a dívida pública, formou um grande “amortecedor” com reser-

vas em moeda estrangeira para reduzir as vulnerabilidades externas –o Banco Central pôde oferecer liquidez em dólar em plena crise financeira global para empresas que precisavam de refinanciamento. As políticas de flutuação administrada de câmbio do País também funcionaram bem.

- O ponto de inflexão no caminho do País para emergir internacionalmente ocorreu em 2003, quando o Goldman Sachs se referiu pela primeira vez aos países do BRIC como as economias em desenvolvimento que mais crescem no mundo. Outro marco foi suplantado em 2008, quando as agências de rating Standard & Poors e Fitch melhoraram suas classificações para o País em abril e maio, seguidas pela Moody's.

- A diversificação de exportações brasileiras, estimulada por uma política de comércio internacional mais ativa e por maior foco no comércio “sul-sul” no governo Lula, ajudou a compensar a diminuição da demanda de países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) durante a recessão mundial –e também a ganhar votos para o Brasil na disputa pela sede dos Jogos Olímpicos. Em 2008, auge da crise econômica na OCDE, a economia exportadora foi sustentada graças à demanda da China pelas exportações de soja e minério de ferro, que ocorrem em parte pela acertada decisão do governo em investir nas relações comerciais com Ásia e África.

- O Brasil conseguiu um “meio-termo feliz” entre os papéis dos setores público e privado, na opinião de Mauro Guillén, professor de administração na Wharton. Diferentemente de muitos países na região, há amplo consenso entre a classe política e o setor empresarial sobre a orientação política macroeconômica, apesar de discórdias sobre taxaço e desapontamento com o ritmo lento das reformas estruturais.

- O País tem grande e crescente mercado doméstico –suas exportações representam menos de 15% do PIB. Esse percentual é menor que o da maioria dos outros mercados emergentes, e a demanda local tem sido sustentada por reduções tarifárias focadas e um ciclo de alívio monetário.

- Todos os bancos do Brasil podem sentir-se gratos, até certo ponto, porque não tiveram de lidar com os ativos tóxicos que aleijaram os bancos nos países desenvolvidos.

Diferentemente de seus equivalentes pelo mundo, os bancos brasileiros não ficaram tão expostos ao setor imobiliário e aos derivativos de crédito, e os indicadores de solidez financeira estavam robustos quando entraram na crise, de acordo com Fábio Barbosa, diretor do Banco Santander Brasil e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

- Bancos estatais como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal –criticados como muito conservadores durante o auge da ousadia financeira mundial– entraram em cena para fornecer crédito e manter a economia funcionando –com o BNDES, o bem capitalizado banco de desenvolvimento governamental. Isso, enquanto bancos privados, como Itaú e Bradesco, ficavam cautelosos e diminuía as linhas de crédito. Agora, os bancos privados estão lutando para ampliar o crédito novamente e manter suas fatias de mercado.

- O setor bancário também foi protegido pela necessidade de alta capitalização para tomar crédito no País –a exigência de adequação mínima de capital no Brasil é de 11%, comparada com os 8% segundo a regulamentação da Basileia que outros bancos no mundo seguem.

- Não há, no Brasil, um sistema financeiro “paralelo”, como nos Estados Unidos, graças a fiscalização e supervisão mais rigorosas. Todas as instituições financeiras (incluindo os bancos de investimentos) estão sob a vigilância do Banco Central.

- A boa evolução do mercado de capitais, estimulada pela estabilização macroeconômica, fez com que o crédito ao setor privado por esse meio aumentasse de 22% do PIB em 2002 para 45% atualmente –e o mercado é tido como preparado para continuar crescendo.

- A força de trabalho do Brasil tem aumentado e está entre os principais fatores que levarão ao consumo doméstico no médio e longo prazos.

- Atentos a tudo isso, os investidores estrangeiros apostaram suas fichas no Brasil. Em 2008, um valor recorde de US\$ 45,1 bilhões ingressou no País como investimento estrangeiro direto (IED), a segunda maior quantia entre os mercados em desenvolvimento depois da China e a décima maior entre todos os países. Mas, em 2009, o IED no Brasil sofreu um recuo de 42,4%, somando US\$ 25,9 bilhões, fruto de uma retração generalizada, que foi de 34,4% no mundo. As projeções em julho eram de que o IED fosse de US\$ 34,3 bilhões em 2010 e US\$ 40 bilhões em 2011.

- A expectativa de que não haja mudanças radicais no cenário político, apesar das eleições presidenciais –ou seja, a estabilidade política percebida–, é considerada outro fator positivo, que aumenta a resiliência internacional do País.

FRAQUEZAS E AMEAÇAS

- Maior intervenção do governo ou o estabelecimento de metas cambiais mais explícitas seriam enorme retrocesso, e os investidores estarão monitorando atentamente as campanhas eleitorais para quaisquer sinais de mudança. Com a provável valorização do real à medida que o crescimento do Brasil ultrapassa o dos membros da OCDE, existirão pressões dos exportadores, especialmente dos manufaturados, para enfraquecer a taxa de câmbio.

- O lado “eleitoreiro e populista” de Lula, que levou ao “crescimento explosivo” dos gastos do governo e pode representar uma “erosão da prudência macroeconômica”, é outra razão de preocupação.

- Há o fantasma (crescente) de intervenções governamentais no setor privado –como ficou evidente na pressão do governo sobre a multinacional brasileira Vale para aumentar o investimento local em detrimento do internacional. Cabe lembrar que a internacionalização de companhias brasileiras é vista com bons olhos pelos investidores estrangeiros.

- É incômoda a lentidão, ou o gradualismo, das reformas necessárias para reduzir o custo Brasil –o custo adicional de fazer negócio no País em razão da infraestrutura sofrível, estruturas tributária e trabalhista problemáticas etc.

- Há uma “desvantagem” cultural. Tornar-se global pode ser difícil para empresas brasileiras, porque, segundo experts, ainda prevalece no Brasil a cultura de “olhar para dentro”.

Talvez as experiências de sediar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos sirvam para reverter, ou amenizar, as desvantagens brasileiras. Pesando prós e contras, e se tudo der certo, o Brasil pode pular da décima para a quinta maior economia do mundo já em 2016, de acordo com projeção do Banco Mundial.

© Knowledge@Wharton

Reproduzido com autorização. Todos os direitos reservados (<http://knowledge.wharton.upenn.edu>).

ÍNDIA, VASTA E DIVERSIFICADA

A Índia é a maior democracia e o segundo país mais populoso do planeta. É o primeiro exportador de software e serviços de informática e tem a indústria cinematográfica mais prolífica do mundo: Bollywood. Conta com grandes reservas de recursos minerais, enorme potencial turístico e força de trabalho altamente educada. Desde 1997 cresceu a uma média de 7% por ano, segundo cifras do Banco Mundial.

O subcontinente indiano emergiu como centro de poder nos anos 1990, uma década depois de o governo decidir a abertura ao investimento estrangeiro. Embora a agricultura (tradicional e moderna) absorva metade da força de trabalho, as grandes fontes do desenvolvimento indiano são o setor de serviços –especialmente de tecnologia–, responsável por mais de 50% da produção com menos de um terço da força de trabalho, e a demanda doméstica, impulsionada pela compra de bens duráveis.

De acordo com os prognósticos do Goldman Sachs, a Índia tem potencial para crescer 40 vezes de hoje até 2050, se melhorar a governança, controlar a inflação, investir em infraestrutura e elevar os padrões educacionais.

CHINA: 4 MIL ANOS DE HISTÓRIA

Inventora do papel, da pólvora e da bússola, a China é a nação mais populosa do globo, a economia de maior crescimento, o principal exportador de produtos manufaturados, o maior consumidor de petróleo depois dos Estados Unidos e o maior produtor e consumidor de carvão. Tem um grande mercado de serviços e o governo está ansioso por ajudar as companhias estrangeiras a instalar-se e converter-se em players do mercado local. Segundo estimativas da McKinsey, em 2015, o consumo, comparado com valores de 2008, duplicará nas cem maiores cidades chinesas. E um dado curioso: o registro oficial de domínios da internet, China Internet Network Information Center, informa que há mais chineses conectados à web (384 milhões) que habitantes nos Estados Unidos.

No entanto, na China também há muita pobreza e as diferenças entre as regiões são enormes. Nas províncias mais ricas, como as costeiras Guangdong, Zhejiang, Xangai ou a capital, Pequim, a classe média é numerosa. Não obstante, no interior, a situação é outra. Em anos recentes, cerca de

RANKING MUNDIAL 2010, SEGUNDO O PIB (PPA)

(em trilhões de US\$)

1. Estados Unidos	14,266
2. China	8,767
3. Japão	4,137
4. Índia	3,548
5. Alemanha	2,811
6. Reino Unido	2,149
7. Rússia	2,116
8. França	2,110
9. Brasil	2,024
10. Itália	1,760

Fonte: CIA World Factbook 2009.

200 milhões de trabalhadores rurais migraram para as áreas urbanas em busca de trabalho.

No ano 2000, os líderes do Partido Comunista mandaram estudiosos para investigar o colapso da União Soviética e o sucesso do Partido de Ação Popular de Singapura para inspirar suas políticas de crescimento. A conclusão foi que, para desenvolver-se, a China necessitava, como dissera Hu Jintao, construir uma “sociedade harmoniosa”: reduzir as desigualdades, abrir-se ao mundo, gastar mais em educação e saúde, diminuir as restrições à propriedade privada e exercer menos controle sobre os negócios.

Logo depois do impacto sentido no país na crise de 2008, com a forte diminuição da demanda estrangeira por seus produtos, o governo prometeu levar seus planos um passo adiante: incrementar o consumo doméstico, trabalhar pelo crescimento sustentável de emprego para dezenas de milhões de migrantes, reduzir a corrupção, conter o dano ambiental e intervir menos no setor privado.

CARAS NOVAS

Revisando seus prognósticos, o Goldman Sachs indicou que agora acredita ser mais provável que a China seja tão grande quanto os Estados Unidos em 2027 e que os BRICS tenham o tamanho dos países do G7 em 2052. Nesse novo mundo multipolar, a demanda, a inovação e os investimentos talvez não sejam impulsionados pelos de sempre. **M**

O GOLDMAN SACHS
REVIU SEUS PROGNÓSTICOS
E AFIRMA QUE OS BRICOS
DEVEM TER O TAMANHO DOS
PAÍSES DO G7 JÁ EM 2032
E, ANTES DISSO, EM 2027,
A ECONOMIA DA CHINA JÁ
DEVE SER TÃO GRANDE
QUANTO A DOS
ESTADOS UNIDOS